

CIDADE DE LIMIAR: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DO CARÁTER POLÍTICO DOS ARRABALDES METROPOLITANOS BRASILEIROS*

José Vandério Cirqueira PINTO

Doutorando do PPGG da FCT/UNESP - Presidente Prudente
vanderioifg@gmail.com

Resumo: Os arrabaldes metropolitanos brasileiros são produto de um articulado, dinâmico, lucrativo e complexo sistema de controle e de reprodução do espaço urbano por uma lógica de poder pouco participativa e desvinculada da perspectiva autonomista. A proposta de discutir a cidade de limiar parte do pressuposto de que se construa um novo olhar sobre os arrabaldes metropolitanos brasileiros, vinculado a noções políticas consideravelmente libertárias, que dê subsídios para as efetivas transmutações e não reproduções de lógicas espaciais que afunilam a segregação. Metodologicamente, este trabalho busca lançar um olhar de fora para dentro da cidade, evidenciando outros parâmetros de análise e de atuação no espaço urbano, como é o exemplo da cidade de limiar. É preciso pensar a cidade a partir de seus dilemas, ou seja, dos seus limiares, territorialidades indefinidas, produtoras da dinâmica para além dos limites do núcleo privilegiado metropolitano, usufruindo da condição locacional de estarem sobrepostas sobre os limiares da urbanização, ora estando próxima da metrópole, ora estando fora dela.

Palavras-chave: Cidade de limiar. Metrópole. Espaço urbano. Segregação. Autonomia.

CIUDAD DE LÍMITE: NOTAS TEORICAS ACERCA DEL CARÁTER POLÍTICO DE LOS ARRABALDES METROPOLITANOS BRASILEÑOS

Resumen: Los arrabaldes metropolitanos brasileños son producto de un articulado, lucrativo y complejo sistema de control y de reproducción del espacio urbano por una lógica de poder con poca participación y sin vínculo de la perspectiva de la autonomía. La propuesta de discutir la ciudad de límite parte del presupuesto de que se construa un nuevo mirada sobre los arrabaldes metropolitanos brasileños, vinculado a las nociones políticas libertarias, dando subsidios para las efectivas transformaciones y no reproducciones de lógicas espaciales que engendran la separación. Éste trabajo busca lanzar un mirada de fuera para dentro de la ciudad, evidenciando los parámetros de análisis y actuación en el espacio urbano, como es el ejemplo de la ciudad de límite. Es necesario pensar la ciudad a partir de suyos dilemas, o sea, de los suyos limites, territorialidades no definidas, productoras de la dinámica para allende los límites del núcleo privilegiado metropolitano, usufructuando de la condición de estaren sobrepuestas sobre los límites de la urbanizacion, ora estando próxima de la metrópole, ora estando fuera de ella.

Palabras clave: Ciudad de límite. Metrópoli. Espacio urbano. Separación. Autonomía.

THRESHOLD CITY: NOTES THEORICAL CONCERNING THE POLITICAL FACTOR OF THE BRAZILIAN METROPOLITAN AREAS

Abstract: The brazilian metropolitan áreas are product of na articulated and complex system of controlo of the urban space for a logic of power little participative na wwithlout link of the

* Artigo elaborado como trabalho final da disciplina: Tópicos Especiais II – Cidade e o Urbano: História e Morfologia, oferecida no primeiro semestre de 2013 pelo PPGG/ Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP / Presidente Prudente.

autonomous perspective. The proposal to discuss the threshold city appears of the presupposed to build a new look about the Brazilian metropolitan areas, linked to politician notions based in anarchism, benefiting practices of transformation of the spatial logics that condition the segregation. This work intends to present an outside inside of the city, showing the emergency to vary the scales of analysis and transformation of urban space, for example the threshold city. It's need to think the city from your dilemmas on, in other words, of your thresholds, indefinite territorialities, producers of the dynamics outside metropolitan center, using of the position to be on the limits of the metropolis, sometimes being nest to metropolis, sometimes being outside her.

Key-words: Threshold city. Metropolis. Urban space. Segregation. Autonomy.

1. Introdução

Deslocando-se, a sociedade urbana mantém-se em quase toda a sua complexidade, em sua partida tendo poucos ou nenhum inválido. Até mesmo, como em uma cidade, a repartição das classes faz-se por bairros elegantes e por subúrbios: os humildes, os pobres afastam-se prudentemente do centro onde se mostram os grandes, do alto de suas montarias, ou dormindo sob suas tendas luxuosas.

Élisée Reclus. O homem e a Terra: a indústria e o comércio. São Paulo: Imaginário, 2010, p. 56.

Os arrabaldes metropolitanos são produto de um articulado, dinâmico, lucrativo e complexo sistema de controle e reprodução do espaço urbano. O discurso daqueles que *se mostram grandes, do alto de suas montarias, ou dormindo sob suas tendas luxuosas*, sobressai sobre aqueles que são postos para servirem de meros consumidores e fornecedores de mão-de-obra assalariada. O discurso sobre a cidade não pode se limitar somente sobre esses dois universos opostos, pois a cada momento se evidencia a urgência de construir meios para atenuar os limites, as separações, almejando retirar os sujeitos de existências marcadas pelos limiães.

A proposta de discutir a cidade de limiar parte do pressuposto de que se construa um novo olhar sobre as periferias, pois a essência do espaço urbano deve ser sempre a constante transformação, mas que dê subsídios para efetivas transmutações, e não reproduções de lógicas espaciais que afunilam a segregação. É preciso pensar a cidade a partir de seus dilemas, ou seja, dos seus limiães, territorialidades indefinidas, necessárias e contraditoriamente excluídas, com memórias e identidades suplantadas, ou des-re-territorializadas, usando a acepção dada por Haesbaert (2004), que são produtos de suas novas situações enquanto participantes das metrópoles, produtoras da dinâmica para além dos limites do núcleo privilegiado metropolitano, usufruindo da condição locacional de estarem sobrepostas sobre os limiães da urbanização, ora estando às vezes um pouco mais próxima da metrópole, ora estando às vezes fora dela.

2. Cidade de limiar: uma nova classificação para as cidades brasileiras?

Cidade de limiar não é uma nova tentativa de classificar rigidamente cidades por tamanho,

função ou conteúdo. Não se tem a pretensão, nesse curto texto, de estabelecer parâmetros de análise do fenômeno urbano que busque forjar inflexivelmente novas metodologias de interpretação dos assentamentos metropolitanos do nosso país. A intenção central deste trabalho direciona-se à promoção do debate acerca dos arrabaldes metropolitanos do Brasil, acreditando que a falta de debate, ou insuficiência do mesmo no interior da geografia urbana limita a ampliação e diversificação dos estudos relacionados aos temas em questão, restringindo, principalmente, o estabelecimento de propostas e de novas práticas de intervenção sociopolítica e espacialmente transformadoras da cidade.

Promover o debate não se limita somente ao exercício de lançar ideias sem um projeto de reorganização metodológica da pesquisa dos temas cidade e urbano. Não ter a intenção de forjar um novo conceito de cidade que universalize os parâmetros de análise das cidades brasileiras, não significa que não há a busca de construir novos recursos de análise, que complemente as importantes metodologias já existentes. Dessa forma, busca-se promover o debate na intenção de complementar nova abordagem às cidades brasileiras, incluindo como eixo estruturante o elemento localização e a reprodução geopolítica do espaço urbano. Essa geopolítica do espaço urbano busca frisar a importância das estratégias locacionais na produção do espaço periférico das metrópoles e seus desdobramentos políticos na reprodução do uso dos espaços dos limiares pelos sujeitos. Por isso, neste trabalho sinaliza-se a importância do aguçamento da discussão teórico-metodológica dos arrabaldes metropolitanos existentes aqui no Brasil, discussão que foi parcialmente abandonada na primeira década do século XXI, e que é de suma importância para se pensar estratégias que busque *mudar a cidade* pelo prisma da gestão autonomista do espaço urbano, forma de organização do espaço urbano defendida por Souza (2003).

A discussão teórica acerca das cidades brasileiras está imersa em um desgastante movimento repetitivo de análises que tem o seu centro irradiador a metrópole São Paulo, e em segundo plano, a metrópole Rio de Janeiro, escalonada por um rígido sistema intelectual hierárquico do temário urbano paulistano e carioca para o resto do país, que por sua vez se submete às proposições teóricas advindas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, especificamente da França, Inglaterra, Espanha e da Alemanha. São importantes contribuições teóricas, tanto as do exterior, acima citadas, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, porém, são reproduções fiéis de seus casos urbanos, funcionando como indústria da produção intelectual, no sentido de mecanicamente produzir em série abordagens pouco contundentes. A questão que está em debate não é indagar de onde vêm as contribuições teóricas, que são preponderantes por sua vez, mas é possibilitar que essas construções teóricas territorializantes do temário urbano não encubra as especificidades que são inerentes ao

espaço geográfico, tomando como base a assertiva de Santos (2002) e Massey (2009) que demarcam o rico valor às especificidades geográficas, sendo a diversidade urbana o elemento que singulariza as cidades e suas problemáticas.

Ainda acerca das notas teóricas dos estudos urbanos ocorre um excessivo exercício de classificação das cidades, com um debate acalorado, que por sua vez, se limite à simples classificação molar, a um inerte conceito generalizante, se desgastando em um debate pouco proveitoso, por eximir do seu seio o caráter da reprodução do espaço alinhado ao devir transformador da atuação política na cidade. Teoricamente os estudos urbanos se debruçam sobre excessivo discurso economicista, técnico-burocrático e funcionalista, que por sua vez, são direta ou indiretamente tributários do poder público centralizador ou do capital privado, e quase nunca se potencializa num esforço intelectual que verdadeiramente contribua com a sociedade dotada de menores cotas de liberdade, que garanta pleno desenvolvimento socioeconômico e cultural dos sujeitos. Existem trabalhos memoráveis sobre a segregação, por exemplo, ou sobre a reestruturação intraurbana de um centro, que não avançam para além dos limites funcionalistas da organização da cidade, deixando de lado o caráter existencial da segregação e do centro, conforme o exemplo, e o caráter político da reestruturação urbana.

Metodologicamente os estudos urbanos também carecem de uma visão política e existencial da transformação do espaço no devir de uma reprodução autonomista e politicamente socializante, sendo este o declarado posicionamento político deste trabalho. O exercício escalar que parte dos estudos urbanos do centro para as periferias, da metrópole para os arrabaldes, da dinâmica comercial para a segregação merece ser invertido e rediscutido no atual contexto da produção do espaço urbano brasileiro, conforme houve o esforço em trabalho anterior (PINTO, 2009c, 2009b), assunto que será exclusivamente abordado no próximo item. O importante nesse momento é destacar a limitada carga teórica dos estudos da cidade, e quando ocorre em excesso é depositária de justificativas politicamente reformadoras ou notadamente especulativas, e com relação ao caráter metodológico, é importante buscar avançar nas escolhas interpretativas, ou seja, na escolha dos parâmetros de análise, nas práticas de aplicação dos resultados e de transformação da organização espacial, e principalmente, na flexibilização e integração das propostas de investigação, não se perdendo diante do debate meramente especulativo de conceitos rígidos, que busque, por outro lado, o movimento de transformação e não o de reprodução de formas desiguais. Metodologicamente, esse trabalho, busca lançar um olhar de fora para dentro da cidade, evidenciando a emergência de diversificar os parâmetros de análise e atuação no espaço urbano, como é o exemplo da cidade de limiar.

O que deve ser/ter a cidade de limiar

O *ser* da cidade de limiar não deve permanecer enquanto um conceito inerte ou paradigmático, e sim como um *ser para*, usando o conceito de Heidegger (2000), que exista para a integração, a transformação e o uso equitativo. Na sua essência permanece o sentido de existir, etimologicamente dado por Sartre (2007), para a constante mudança, tomando como base Villaça (1998), que reafirma o caráter sempre reestruturador da cidade. A necessidade da discussão sobre a cidade de limiar deve existir para que ela possa *ser* o parâmetro teórico-metodológico do olhar que evidencie os dilemas dos arrabaldes metropolitanos brasileiros, e que ela possa *ter* o sentido efusivo da ação política transformadora desses dilemas urbanos.

Se a cidade de limiar não é passível de ser uma nova classificação linear dos estudos urbanos, mas uma interpretação complementadora mais molecular do que molar, mais rizomática do que enraizadora, tomando como base as expressões de Deleuze e Guatarri (1995), ou mais atávica do que compósita (GLISSANT, 2005), proveniente essencialmente desse ativismo geopolítico da autonomia urbana, ela é, por sua vez, passível de estabelecer uma nova abordagem reflexiva dos arrabaldes metropolitanos nacionais. O sentido não guina-se para uma nova classificação de cidade, mas para uma nova abordagem da flecha do devir da cidade fulgurante.

Em síntese, no que consiste a cidade de limiar? É uma cidade de limiar, ou nos limiares? De uma forma geral busca-se incitar a reflexão desse tipo de cidade que se desenvolvem nas franjas metropolitanas, ou nos seus arrabaldes. Existencialmente elas se localizam nos limiares, podendo estar nos limites da expansão metropolitana do núcleo privilegiado, conurbadas às metrópoles, ou integradas funcionalmente ao aglomerado metropolitano, e essencialmente elas são produtos, ou reproduções desses limiares, seguindo a reflexão da produção do espaço urbano desenvolvida por Lefebvre (1986), e da reprodução do mesmo, argumentada por Carlos (1996). Dessa forma, a cidade é de limiar, pois ela é produto da localização dos limiares e reproduz seu espaço urbano a partir do limiar.

Além de terem o tecido urbano integrado/integrante ou participando ativamente da vida das metrópoles, por estarem localizadas nos arrabaldes, as cidades de limiar são assim denominadas por estarem num estágio de travessia e de indefinição: são periferias habitacionais, são novas centralidades da metrópole, são bolsões de mão-de-obra barata, são cidades com economia ainda voltadas para o campo? Localizam-se nos limiares, mas também são limiares. Ou seja, suas funções urbanas estão potencialmente mais indefinidas e em transmutação do que o restante do núcleo

metropolitano original. Esse estado de ser desse tipo de cidade gera especificidades ímpares, e se colocam enquanto novos desafios às abordagens teórico-metodológicas das metrópoles.

O que é comumente feito pelos analistas urbanos é o estudo da periferia enquanto um fenômeno funcional da expansão urbana da metrópole, privilegiando a atuação do núcleo original metropolitano como o astro reprodutor de seus satélites que orbitam dependentemente do seu sistema dinâmico. A essência da cidade de limiar é marcada pela indefinição, travessia e transmutação, por sua existência se sustentar relacionada à sua localização, nos limites, nas franjas e no invólucro, mobilizando uma particular articulação, integração e interação com a metrópole, e contraditoriamente com o não metropolitano, o peri-urbano e o campo, ou com as cidades menores, com as vilas, os distritos e os povoados e sua economia sustentada majoritariamente pelo primeiro setor. Claramente tem-se o esforço metodológico de evidenciar a importância da localização do sítio urbano, que foi deixado de lado pelos estudos baseados na sua função, no passado recente, remetendo-se assim ao rico trabalho de Azevedo (1956) e de Abreu (1998, 2006), reforçando que a morfologia urbana e sua localização são elementos geográficos indispensáveis para o estudo das cidades de limiares.

Tradicionalmente dar-se-á ênfase ao estudo da metrópole considerando as suas periferias como a síntese da reprodução desigual do espaço, integrante a um sistema hierárquico da divisão territorial do trabalho, escalonado do centro para as periferias. É especialmente válida essa consideração tradicional da lógica centro-periferia por evidenciar o caráter desigual da reprodução das cidades, valendo destacar novamente, que esses estudos, em sua maioria, não buscaram ultrapassar os limites da simples discussão e especulação de alternativas. Por sua vez, pouco se evidencia a atuação dupla dos arrabaldes com as metrópoles. A cidade de limiar tem sua morfologia, sua estrutura e função produto direto da metrópole, são os casos da mobilidade pendular da mão-de-obra, da mobilidade para o consumo e para o lazer, mas elas têm uma profunda integração e interação com o espaço extra metropolitano. Elas são majoritariamente assentamentos residenciais oriundos da atuação especulativas do capital imobiliário reprodutor da expansão urbana, e por outro lado, estabelecem relação direta com o campo e com as cidades menores, por desenvolverem no seu espaço intraurbano novas centralidades comerciais e de serviços, ou conservam características, econômicas, sociais e principalmente culturais do imaginário rural brasileiro. Esse tipo de reflexão teórica, que aborda os *hábitos rurais em vidas urbanas*, ou que tratam da relação entre agricultura e urbanização, cidade e campo, ou das atividades não urbanas no interior das cidades, encontra rica fonte metodológica em extraordinários e inovadores trabalhos, que buscaram transpor a pura interpretação da metrópole em si, como os casos de Suzuki (2007) e

Maia (2001).

Por que não denominar as cidades de limiar somente como periferias ou zonas de expansão urbana? Elas são periferias e zonas de expansão urbana, mas conservam elementos interdependentes das metrópoles, não podendo ser classificadas estritamente como tais, mas, vale destacar que a expansão urbana é um fenômeno de crescimento acelerado das metrópoles que ocorre nos limiares, ultrapassam os domínios efetivamente metropolitanos, incorporando áreas não metropolitanas, sendo dessa forma, um dos estágios da cidade de limiar. A periferia é um produto direto da metrópole, é a expansão da metrópole, tendo sua formação espacial acionada pelo núcleo metropolitano.

Mas como classificar essas cidades que existiam antes da metrópole, quando as metrópoles ainda eram cidades médias ou quando nem existiam, em alguns casos? Concentram-se muitos esforços em estudos que partem da metrópole, deixando de lado a riqueza geográfica anterior a existências das metrópoles, merecendo dessa forma, reforçar os estudos da geografia histórica urbana. Essas cidades já tinham uma geografia e história própria, com características culturais autônomas do que viria ser uma região metropolitana. Elas estavam distantes do núcleo central que se tornou a metrópole posteriormente, ou algumas existiam antes mesmo de existir o núcleo que passaria a ser dominante. Foram engolidas, ou engoliram, dependendo do processo geográfico, e aproximaram ou conurbaram-se com a metrópole, mas conservaram-se como cidades, que tinham uma espacialidade original, e memória própria. Mantiveram enquanto municípios autônomos da metrópole, tendo um sistema de tributos, arrecadação, gestão de recursos públicos e implantação de infraestrutura diferente da metrópole que se integra. Na metrópole há uma concentração de capital, serviços, consumo, população e uma diferente aplicação dos recursos financeiros, gerando uma cirúrgica distinção institucional, que reflete na reprodução do espaço, entre a metrópole e seus limiares. Disso se inicia a necessidade de abordagens metodológicas diferentes para o estudo das metrópoles e, apesar de estarem próximas ou conurbadas, para o estudo dos arrabaldes, pois estão além dos limites, no limiar de capital metropolitano.

Quadro 1: Principais características da cidade de limiar	
Localização	conurbações com metrópoles, arrabaldes metropolitanos fragmentados, franjas urbanas, limiares das zonas de expansão urbana, hinterlândia (compõem regiões metropolitanas).
Forma	espraiadas, conurbadas, alinhadas a eixos rodoviários integrados à metrópole, assentamentos residenciais desarticulados, eixos comerciais ascendentes.
Função	Comércio local e sub-regional, mão-de-obra menos qualificada, indústria favorecida pela localização, centro de troca e de distribuição de produtos agropecuários, bolsão habitacional de menor custo, destino das migrações.
Processo	Mobilidade pendular intensa entre a metrópole, baixo ou médio poder de consumo de serviços culturais, consideráveis níveis de desemprego, ou empregados em setores de baixa qualificação, baixa oferta de serviços de saúde e educação, forte dependência dos serviços da metrópole e do capital agrícola, considerável interação com o campo.

Estrutura e Dinâmica intraurbana	Menores níveis de infraestrutura básica, menor oferta de infraestrutura para logística, novas centralidades comerciais, polos industriais, centros históricos ou centros tradicionais ainda impactantes, crescimento do setor imobiliário e da construção civil, ampliação da diversidade das formas comerciais e de serviços (shoppings, hipermercados etc.).
Formação espaço-temporal	Cidade histórica ou antiga municipalidade baseada na agropecuária, vertiginoso crescimento do tecido urbano.

O nível de consumo, os fluxos de capitais, o sentido da mobilidade urbana, os processos de reestruturação do espaço intraurbano, a aplicação de infraestrutura, as ofertas de serviços, sobretudo culturais, de educação e de saúde, entre outros elementos, se diferem profundamente quando são produzidos pela metrópole ou quando são produzidos pelos seus arrabaldes, pois os últimos estão após a fronteira, a partir dos limites da concentração do poder do capital. Por estarem justamente nos limiares se “favorecem” da proximidade da metrópole, não havendo, por sua vez, demanda de necessidade que pressione o desenvolvimento do espaço intraurbano, pois se tem bem “perto” o que se procura apesar do transporte coletivo ser ineficiente, ficando desta forma, a mercê da implantação de hospitais especializados, universidades e abundância de estabelecimentos de ensino, ou centros culturais e de lazer suficientes à demanda de crescimento acelerado da população.

Os arrabaldes metropolitanos que estão nos limiares gravitam entre o sentimento da metrópole e sua luminosidade cultural e modernizante, conforme evidencia Lefebvre (1999), e o sentimento de opacidade, no sentido dado por Santos e Silveira (2001), marcados pela lentidão, falta, limitação etc., mas que ainda conservam uma cotidianidade ativa, um sentimento de espaço vivido pautado em fortes graus de sociabilidade e mutualidade, próximo ao que Kropotkin (2009) defende, ainda com manutenção das festas populares locais e o predomínio de relações sócio-afetivas, que energicamente se esvanecerão, conforme evidencia Lefebvre (1969), acerca desse tipo de fenômeno que a modernidade urbana e seu desenfreado desenvolvimento causam. Essa situação transitória e não claramente delimitada da função da cidade que se localiza nos arrabaldes configura no seu sentimento de ser, ou seja, no imaginário coletivo dos seus cidadãos a sensação de viverem no constante limiar, não havendo possibilidade de definição rigorosa de que tipo de cidade eles realmente habitam, se é uma periferia da metrópole, se é uma cidade de tamanho médio conurbada, ou se é uma cidade pequena próxima à metrópole.

Dessa forma, estar no limiar é pertencer a uma situação cambiante e multifacetada, com função articulada à metrópole, no qual a cidade de limiar se comporta como periferia ou zona de expansão urbana, espectro da ingovernabilidade urbana, com problemas de habitação, violência, infraestrutura etc., por outro lado, mantém lógicas espaciais não metropolitanas, baseadas na economia agrária, no comércio local varejista especializado à demanda de consumo do universo agropecuário, conservam-se tradições culturais de uma cidade de pequeno ou médio porte,

contraditoriamente, funciona como síntese da periferização precarizada, e ainda conserva, em um pequeno grau, a memória do seu passado enquanto cidade que não participava da metrópole. Vale lembrar que a história espacial das cidades de limiar é “apagada”, por serem soterradas pela pujança que a metrópole lhes traz (PINTO, 2009c), mantendo a memória histórica como uma espécie de devaneio saudosista.

3. Invertendo a escala de análise urbana: dos arrabaldes à metrópole, das periferias ao centro

São diversas as classificações das cidades brasileiras, como por tamanho: pequena, média e grande; como por função na rede urbana, centro local, regional, nacional, global; por grau de urbanização e modernização: pequena, média, grande, metrópole ou megalópole etc.; mas os trabalhos que caminham num sentido de não quantificar e generalizar os processos de desenvolvimento das cidades, e que pelo contrário, defendem a necessária e constante transitoriedade das cidades, como sendo em si um fenômeno da mobilidade funcional, são aqueles que se dedicam aos temas das cidades médias, no atual momento de produção intelectual sobre o fenômeno urbano. O memorável trabalho organizado por Sposito (2007) dá um esboço de síntese do sentido não fixo e acabado dos conceitos e estratégias metodológicas dos estudos urbanos no Brasil. Corrêa (2007) assume a necessidade de se discutir a construção do conceito de cidade média, justamente para evidenciar o caso específico e diverso dos processos da urbanização brasileira. Por sua vez, Sposito (2006, 2007) evidencia a necessidade de se estudar a cidade média considerando a relação das diferentes escalas geográficas, que culminam na necessidade de consideração da relação cidade e campo,

uma vez que grande parte dos papéis desempenhados por cidades médias e pequenas está diretamente associada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias em sua áreas rurais. No caso das cidades grandes ou metropolitanas, o peso do desempenho de funções que atendam aos interesses do campo é, proporcionalmente, menor e, talvez, nem sempre, tenha grande importância para compreendê-las (SPOSITO, 2007, p. 234).

Nesse mesmo sentido, a cidade de limiar ainda conserva considerável influência das atividades agrícolas no seu processo de reestruturação, mas que por sua vez é dotada de novas atividades ocupacionais de funções essencialmente metropolitanas, como a empregabilidade do setor de construção civil, empregadas domésticas e trabalhadores do comércio. Decorrente dessa espécie de anacronismo é que se evidenciam a necessidade de trabalhos sobre os processos de urbanização e de agricultura, como já foram citados os trabalhos de Maia (2001) e Suzuki (2007), que por sua vez, possibilitem pesquisas sobre as periferias da metrópole e sua relação com o não

metropolitano. Os arrabaldes metropolitanos não são cidades médias, não são centros regionais numa rede urbana, pois estão integrados à metrópole, por sua vez, não são em si a metrópole, são suas periferias, mas estranhamente, conservam dinâmica própria, ou seja, nem tudo está submetido à metrópole. Estão se tornado parte da metrópole com o acréscimo de indústrias, serviços especializados, centralidades comerciais, hipermercados, eixos de comércio, mas com estrutura de periferias compostas da expansão urbana, e funções ainda ligadas ao significado de cidades pequenas ou médias e todas suas limitações de ordem funcional e estrutural.

É importante destacar que há limites epistemológicos na geografia urbana, por não efetuarem dedicados trabalhos aos arrabaldes metropolitanos, como já o vem fazendo o grupo que se dedica às cidades médias, ou caso dos estudos sobre as metrópoles, excessivamente produzidos sobre São Paulo e Rio de Janeiro, ficando limitados os estudos que partem efetivamente dos arrabaldes e de suas especificidades. Conforme destaca Abreu (1998), existe uma lacuna nos estudos das cidades pequenas, sobre seus distritos, povoados, sua morfologia iniciática etc., sendo importante considerar a contribuição do urbanista Murilo Marx (1991) para este continente do saber, que a geografia, em parte, abortou.

Sobre os arrabaldes urbanos, também há uma lacuna, apesar das indispensáveis contribuições acerca da periferia da metrópole capitalista brasileira exercida por Maricato (1996) e Santos (1993). A lacuna se dá na dimensão metodológica da investigação dos arrabaldes, pois estes são estritamente analisados pelos mesmos parâmetros da metrópole. Com relação ao limite epistemológico, ele se materializa na história da geografia como um todo, pois, desconsideram as recentes contribuições no pensamento filosófico, social, antropológico e mesmo geográfico ao caráter da margem, dos excluídos, dos desassistidos, dos segregados, entre outros. Existem volumosos trabalhos sobre esses assuntos, mas sem menção a importância identitária e do significado daqueles que estão nos limiares. Foucault (1979), Deleuze e Guatarri (1995) e Derrida (1994), só para citar alguns da perspectiva pós-estruturalista, Saïd (1990, 2011) e Bhabha (1994), da perspectiva pós-colonial, além de Reclus (2010a, 2010b), Kropotikin (1978, 2009, 1953), Bakunin (2003) e Castoriadis (1982), da vertente libertária autonomista, são exemplos que efetivamente deveriam melhor ser aproveitados para composição epistemológica dos limiares urbanos, cada um deles tendo sua aplicabilidade teórica e efetividade prática adequadamente introduzida, possibilitando a abertura, do que foi mencionado no início, dos diversos parâmetros investigativos e de renovações das abordagens teóricas e metodológicas.

Os processos de corporativismo na metrópole e a involução metropolitana (SANTOS, 1993) impactam decisivamente na reestruturação intraurbana das cidades de limiar, por sua vez, nos

estudos não se faz essa sólida ponte, que liga a lógica centro-periferia. Partem do centro para entender a periferia, deve também ser feito o caminho inverso, percorrendo o rastro deixado por Saïd (2007) à geografia, que os geógrafos muito pouco aproveitaram. O estudo da segregação serve como o mesmo exemplo, pois as análises sempre partem daqueles que segregam, remetendo a crítica de Saïd (2011) e Bhabha (1994), ao destacarem o papel dos “outros”, dos diferentes, dos marginalizados. Exemplo de trabalho que inverte as escalas de análise e que busca construir numa reflexão que caminhe no sentido da autonomia da organização política do espaço, é o trabalho apresentado por Souza (2000), que se sustenta na noção libertária autonomista de Castoriadis.

O tradicional debate centro X periferia, realizado pela perspectiva marxista na geografia urbana tencionou a discussão sobre a luta de classes no interior das cidades, por sua vez centrou seu entendimento na reflexão do centro, evidenciando a periferia apenas como receptáculo, estando assim coerentes com a propositura economicista e funcionalista da investigação geográfica marxista que se dedicam aos estudos urbanos. Por outro lado, o trabalho de Lago (2000) busca a renovação nesse clássico debate. Todavia, apontam a importância de Christaller como sendo o criador dos estudos da hierarquia da rede urbana, negligenciando a anterior contribuição de Reclus (2010a) e de Geddes (1994), que já anteviam esses fenômenos urbanos. Estes mesmos estudos, partiam dos arrabaldes para os centros, fazendo críticas ao modo de produção capitalista que reproduz cidades desiguais, comandadas pela centralização estatal e o capital privado, como também evidenciavam a necessidade de emergência de práticas políticas autonomistas, de caráter libertário anarquista, numa espécie de municipalismo federalista libertário, hoje amplamente estudado pelos defensores de novas formas de governabilidade urbana, mais autônomas e menos centralizadoras, exemplo dos trabalhos de Souza (2002, 2006), Azevedo e Guia (2000), Coraggio (2000) e Santos Junior (2000).

Por evidente coerência teórica e política as cidades de limiões tem por necessidade serem objeto de investigação da corrente libertária autonomista da geografia, em virtude das demais correntes se posicionarem diante de seus objetos de estudo ortodoxamente. É importante que se materialize uma geografia urbana libertária, que se sirva de um objeto de estudo como as margens, os limiões etc., com posicionamento mais heterodoxo. Segundo Pelletier (2010, p. 12), a geografia de Reclus foi escamoteada, justamente pela sua posição heterodoxa para a época, “demasiado inovadora, demasiado sociológica, demasiado histórica, demasiado liberada, [...]”; enfim, demasiado engajada. E sem esquecer suas opções pedagógicas no ensino de geografia.” Reclus (2010b) antecipou temas como rede urbana e segregação, destacando o papel do Estado na repartição dos homens, destacando também, a importância do estudo histórico da geografia urbana, da origem do sítio, da singularidade que cada cidade tem, da morfologia urbana e das condições físicas do relevo

como elementos contribuintes da expansão urbana, denunciando o centralismo do Estado enquanto principal agente transformador das cidades.

Em nossas sociedades autoritárias onde as instituições políticas amiúde deram à vontade de uma única influência preponderante, aconteceu que o capricho de um soberano, instalasse cidades em locais onde elas não teriam absolutamente nascido espontaneamente. Tendo sido fundadas em locais contranaturais, elas só puderam desenvolver-se ao custo de enorme desperdício de forças vivas (RECLUS, 2010b, p. 58).

Cada cidade tem sua individualidade particular, sua própria vida, sua fisionomia trágica ou dolente para umas; alegre, espiritual para outras. As gerações que sucederam deixaram-lhe caráter distintivo; ela constitui uma personalidade coletiva cuja impressão sobre o ser isolado é ruim ou boa, hostil ou benevolente. Mas a cidade também é uma personagem muito complexa, e cada um de seus diversos bairros distingue-se dos outros por uma natureza particular (RECLUS, 2010b, p. 53).

É justamente sobre a singularidade dos limiares que os estudos menos se voltam. O debate sobre o tema das margens na geografia urbana atual pode fortalecer a perspectiva integrada do entendimento da metrópole como um todo. Partindo das partes e dos seus invólucros busca-se construir uma melhor reflexão sobre os limites e as possibilidades de unidade da Região Metropolitana. O discurso deve partir para o sentido de integração e reconhecimento das especificidades da metrópole como um todo, não reproduzindo investigações que negligencie as margens e sua pluralidade de sistemas de objetos e de ações, tomando a expressão de Santos (2002). Nesse sentido, fortalecer o debate urbano sobre os limiares é incluir na noção investigativa perspectivas diversas de abordagem, indo do funcional para o pós-funcional, valendo-se da alerta feita por Claval (2002), destacando as múltiplas dimensões do espaço, como a dimensão política, ambiental, social, econômica, cultural e simbólica.

A recente geografia urbana tem papel decisivo na contribuição de estratégias de gestão menos centralizadoras e mais autonomistas, como os trabalhos de Souza (2000, 2002, 2006) e Ribeiro (2000), por perpassarem pelas múltiplas dimensões do espaço, sendo a dimensão política o sentido mobilizador de se pensar a cidade, pensá-la para mudá-la. Como exemplo dessas estratégias libertárias no urbano, pode ser citada a noção do municipalismo libertário, enfatizado por Kropotkin (1978), geógrafo anarquista que contribuiu enormemente com os estudos sobre o papel centralizador do Estado e sua atuação geopolítica, e com a perspectiva mutualista da organização do espaço, com a relação cidade-campo e a atuação predatória do capitalismo (KROPOTKIN, 2009). Os estudos recentes de Bookchin (1999), Boino e Bookchin (2003) e de Boino (1999), são profícuas contribuições à autogestão e organização libertária das cidades pelo viés municipalista e federalista libertário.

Entretanto, ainda são tímidas as reflexões que partem das margens para o centro, que usufruem da riqueza epistemológica legada pelos estudos pós-coloniais. O conceito de periferia tem seus sinônimos e abarca em si certas polêmicas, porém estruturadas somente no caráter

terminológico, conceitual, e não por extravasarem a possibilidade de aplicabilidade. Gottdiner (1993), por exemplo, debruça-se sobre a noção de suburbanização, no Brasil utiliza-se comumente o termo periferização, e Raffestin (1993), por exemplo, sustentado na discussão foucaultiana do poder, incita a discussão para o uso do termo marginalidade, pois a seu ver, dá um caráter mais interacionista e menos funcionalista. Em trabalho anterior, Pinto (2009a) discutiu-se necessidade de buscar superar o simples combate de conceitos, almejando, dessa forma, estabelecer maior interlocução entre as noções e sua efetiva contribuição enquanto práxis espacial. Nesse sentido, são válidas as noções de periferização e marginalidade para o caso específico do Brasil, podendo ser complementadas com a noção de limiaries, por incluir o elemento transitoriedade e as especificidades identitárias daqueles “outros” habitantes das margens e que são negligenciados pelo discurso do centro. É necessário descentralizar, primeiramente, o discurso, o pensamento, os valores, as noções políticas, as metodologias, para depois, estudar a descentralização de uma metrópole e seus condicionantes na reestruturação do espaço urbano. Esse deve ser o exercício desejado para que se reconheça o diferente e as diferenças na complexidade da metrópole, sobretudo as especificidades geográficas dos limiaries e daqueles que neles vivem.

Tomando como exemplo o caráter complexo e específico de cada cidade dado por Reclus (2010b), e a explanação feita por Santos (1979, 1982) acerca da especificidade das cidades latino-americanas e brasileiras, é importante destacar que as cidades de limiar brasileiras estão sujeitas a características de processos diversos de urbanização promovidos no território nacional. As características da urbanização de determinada região do Brasil promove as especificidades das cidades de limiar, configurando diferentes padrões. Tomando como parâmetro metodológico a formação territorial das metrópoles, os fatores da sua gênese e sua inserção enquanto lócus privilegiado do capital gestora do território, definindo sua funcionalidade diante da sua rede urbana de domínio, têm os seguintes padrões ou lógicas metropolitanas exemplificadas no quadro 2, abaixo, usando alguns casos esporádicos de limiaries mais evidentes, que por sua vez não anulam outras formas de reflexão e a inserção de outros exemplos, baseadas em demais critérios, cumprindo a tarefa inicial do texto que é impulsionar o debate a caminho de novos parâmetros da atuação política no espaço urbano.

Quadro 2: Regiões metropolitanas brasileiras e cidades de limiar selecionadas		
RM de Manaus	RM de Salvador	RM de São Paulo
Irlanduba	Camaçari	Barueri
Manacapuru	Lauro de Freitas	Diadema
RM de Belém	Simões Filho	Embu
Ananindeua	RM de Belo Horizonte	Guarulhos
Benevides	Betim	Mauá
Marituba	Contagem	Mogi das Cruzes

RM de Fortaleza	Ribeirão das Neves	Osasco
Caucaia	Santa Luzia	Santo André
Maracanaú	Vespasiano	São Bernardo do Campo
Maranguape	RM do Rio de Janeiro	São Caetano do Sul
RM de Recife	Belford Roxo	Suzano
Olinda	Duque de Caxias	RM de Curitiba
Jaboatão dos Guararapes	Niterói	Almirante Tamandaré
Paulista	Nova Iguaçu	Campo Largo
Camaragibe	São João de Meriti	Pinhais
RM de Porto Alegre	São Gonçalo	São José dos Pinhais
Alvorada	RM de Goiânia	RIDE – DF
Cachoeirinha	Aparecida de Goiânia	Águas Lindas de Goiás
Canoas	Goianira	Formosa
Gravatá	Senador Canedo	Luziânia
Novo Hamburgo	Trindade	Novo Gama
São Leopoldo		Planaltina de Goiás
Sapucaia do Sul		Santo Antônio do Descoberto
Viamão		Valparaíso de Goiás

Os limiares de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo, foram impulsionados, sobretudo, pelos intensos fluxos migratórios vinculados à concentração industrial e elevação no poder econômico de suas metrópoles, que reproduziram, por sua vez, o espectro da modernização urbana sob os moldes da produtividade industrializante e seus reflexos, como forte concentração de empregos, serviços de saúde, cultura e educação, pujante mercado financeiro, oferta de empregos de baixa e de alta qualificação. Klink (2001) destaca os processos de desconcentração industrial e reestruturação produtiva do ABC paulista e o consequente processo de regionalismo ímpar no Brasil, ligado a coesão das práticas políticas sindicais, configurando uma forma específica de governabilidade urbana e gestão política atrelada ao meio ambiente, à cultura, mais, sobretudo a importância da economia industrial. O ABC mostra sua integração à metrópole São Paulo, mas ao mesmo tempo destaca-se pela sua condição enquanto limiar da metrópole, estando para além de limites formais, conservando suas características específicas que fomentam organização desvinculada do núcleo privilegiado da metrópole. Betim e Contagem podem ser comparadas ao exemplo da RM São Paulo por terem a mesma funcionalidade industrial e de mão-de-obra do ABC, como os limiares do Rio de Janeiro também, caso de Nova Iguaçu, São Gonçalo, ou a baixada fluminense como um todo.

Vale destacar que os limiares de Salvador, Recife e Fortaleza estão fortemente marcados por uma ocupação da região proveniente do período colonial, sustentada na economia agrário-exportadora. Os desequilíbrios sociais e a concentração de renda são fatores presentes em todas as metrópoles brasileiras, e têm sentido diferenciado nos limiares do nordeste brasileiro, caso das cidades de Jaboatão dos Guararapes – PE, Caucaia e Maracanaú – CE, e Camaçari – BA, merecendo trabalhos com perspectivas teóricas mais heterodoxas que evidenciem as especificidades sociais, econômicas e, sobretudo culturais. Os limiares da região sul, Porto Alegre e Curitiba,

formados no período colonial pelas migrações de colonos europeus e asiáticos, foram marcados pelo intento financeiro da agricultura mecanizada e de seu alto valor agregado, convertendo-se em receptáculos das populações de menor poder aquisitivo, tendo a mão-de-obra como impulsionadora de diversidade industrial, caso de São José dos Pinhais – PR, Canoas e São Leopoldo - RS. Já nos limiares da região norte que estão localizadas nos entornos das metrópoles Belém e Manaus, sua formação deriva da expansão urbana metropolitana da década de 1990 e primeira década do século XXI, que por sua vez, as capitais do Pará e do Amazonas originaram ainda da ação colonial de incorporação da região amazônica, e seu crescimento acelerado se ligam aos projetos de ocupação no período militar, constituindo, a partir desse processo de espraiamento metropolitano seus limiares. Os limiares amazônicos conservam características específicas ligadas aos povos ribeirinhos, indígenas, colonos, posseiros, ao extrativismo, e a indústria na Zona Franca de Manaus, e a forte polarização de Belém enquanto porta de entrada da Amazônia, sendo Ananindeua a síntese do processo de ocupação desordenada da RM Belém. Os estudos sobre esses limiares ainda são pouco numerosos e carecem de verticalizadas investigações que busquem materializar resultados sobre o sentido da urbanização amazônica, a relação do homem urbano com o domínio amazônico e as agregadas relações não urbanas.

Os limiares da Região Metropolitana de Goiânia e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE-DF) são caracterizados por, em sua maioria, existirem enquanto municípios, vilas, distritos ou povoados antes das metrópoles. Goiânia foi planejada para substituir a antiga capital colonial, a Cidade de Goiás, e o poder administrativo do Estado foi transferido em 1934 para região central do estado de Goiás, onde preexistiam pequenas cidades como Trindade, e o povoado Aparecida. Com a nova capital, essas localidades foram engolidas ou aproximaram-se da jovem metrópole, tornando seus limiares. Hoje, Aparecida de Goiânia, Trindade, além delas, Senador Canedo e Goianira cresceram consideravelmente, nas bordas da metrópole. Em 1960 foi inaugurada a nova capital federal, Brasília, com um quadrilátero que mantinha distante os povoados e as antigas cidades coloniais do ciclo do ouro de Goiás. Dentro do quadrilátero restou o povoado de Mestre d'Armas, hoje Planaltina, e no limite do quadrilátero, na sua porção externa, localizada no Estado de Goiás, a antiga cidade colonial Couros, hoje Formosa. Nas proximidades do quadrilátero do Distrito Federal, na sua porção sul, a também antiga cidade colonial goiana pertencente ao ciclo aurífero, Santa Luzia, hoje Luziânia.

Em volta do Distrito Federal as cidades crescem irregularmente, sendo os exemplos de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, todas localizadas no eixo sul do Entorno do Distrito Federal, enquanto que, no eixo oeste, crescem vertiginosamente os municípios

de Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás. Esses limiões são exemplos fiéis de como o crescimento urbano busca se “conurbar” com o limite administrativo do Distrito Federal, limite esse que não é físico (rio, serra etc.), somente virtual, no sentido dado por Levy (2002), uma convenção político-administrativa. O tecido urbano de Valparaíso de Goiás se conurba ao limite virtual do Distrito Federal, e não a cidade mais próxima Santa Maria – DF, ou seja, todas as cidades do Entorno de Brasília buscaram crescer mais próximas possível do Distrito Federal, usufruindo do limiar enquanto poder de acessibilidade aos mercados de trabalho da capital federal.

Aqui o limiar aparece enquanto uma categoria territorial que invoca poder de mobilidade/acessibilidade. Essa *inércia-prática* da localização, fazendo alusão ao *prático-inerte* de Sartre, (1960), promove, conforme foi destacada no início, a situação de marginalidade, ou seja, de estar além das margens institucionalizadas, situação essa, dialeticamente trágica, pois os cidadãos dos limiões não participam integralmente da metrópole enquanto síntese privilegiada moderna, e por isso ficam a mercê de centros hospitalares, proximidade dos serviços de qualidade etc. Mas por outro lado, “sobra” a eles “usufruir” irregularmente dos bens que a metrópole lhes oferece, em troca de sua força de trabalho constrangidamente explorada, ocasionando diversos conflitos ideológicos sobre uso do espaço urbano entre aqueles que estão “dentro” do quadrilátero, defensores de uma espécie de *genuinidade essencialista* “de donos do pedaço privilegiado”, e daqueles que estão de “fora”, *usurpadores da qualidade de vida da metrópole*, devendo permanecer nos limiões, na interpretação ideológica da classe dominante, descaracterizando assim toda imagem integrada que a metrópole vende. Ocorre uma efetiva luta de classes sobre quem melhor tem o direito à cidade, no sentido explicitado por Lefebvre (1991), na qual a justificativa se sustenta na capacidade de empoderamento das classes sociais enquanto consumidoras da cidade. O discurso da metrópole integrada serve somente para formar índices que projetam verbas e retroalimenta a segregação, logo sendo assimilado “pelos genuínos cidadãos do quadrilátero” pela necessidade de a metrópole funcionar em pedaços. Estar no limiar é pertencer aos dois mundos, ora sendo incluídos ora sendo marginalizados, por limites fictícios e convenções reais.

As novas capitais cerradeiras do Planalto Central, Goiânia e Brasília, não pela indústria, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mas pelos serviços e a concentração dos poderes administrativos que as mesmas trouxeram para a região¹, foram projetadas para segregar conforme destacou Arrais e Pinto (2008). Estas intervenções urbanas reconfiguraram a

¹ Podendo citar como exemplo da polarização do funcionalismo público, que mobiliza infindáveis acionamentos territoriais nas duas metrópoles em virtude da introdução de considerável margem de renda advinda do setor técnico-burocrático estatal, fundamentando em grande parte, o sentido do *desenvolvimento urbano* destas recentes cidades que foram planejadas para integrar o território nacional, forçando a efetiva interiorização e modernização agrícola no planalto central.

dinâmica espacial diante de suas perspectivas higienistas, modernizantes e estandardizadas, territorialmente burocráticas e seletivas, com delimitação de barreiras aos “indesejados”, atraindo migrações que impulsionaram o crescimento dos seus limiares, que ora eram mais antigos em sua maioria do que as novas capitais, com características de cidades pequenas, ligadas à atividades rurais, e que foram energicamente convertidas, ou ainda estão em movimento de conversão, em periferias de crescimento irregular, densamente ocupadas, com problemas de violência urbana e fortes desigualdades regionais. Por outro lado, Aparecida de Goiânia, Trindade, Goianira e Senador Canedo conservam centros históricos que ainda cristalizam na sua paisagem características bucólicas e interioranas, enquanto nos numerosos outros bairros prevalecem o espectro da ingovernabilidade urbana, ou a dinâmica de novas centralidades e eixos comerciais ligados a shoppings, hipermercados e polos industriais especializados em alimentos, bebidas, produtos metálicos e seguimentos químicos.

Conforme esses limiares se integram à dinâmica da metrópole, incorporando o capital imobiliário, comercial, industrial, deixam de serem zonas de expansão urbana, passam a reproduzirem na sua estrutura intraurbana novas formas comerciais e de serviços de educação, cultura, lazer e de consumo, outros limiares vão sendo criados, com a incorporação de povoados, vilarejos, zonas rurais, que reproduzirão a função dos antigos limiares, “pois a geografia não é algo imutável; ela faz-se, refaz-se todos os dias: a cada instante modifica-se pela ação do homem” (RECLUS, 2010b, p. 59). Um processo cíclico interminável da produção das metrópoles. Esse processo brasileiro tem suas especificidades que se diferenciam dos casos estadunidenses de suburbanização e formação das megalópoles destacados por Gottdiner (1993) e Davis (1993), merecendo ter um destaque maior, sobretudo das metrópoles nordestinas. No caso do Brasil, quando engolido pela metrópole, o limiar se mobiliza sempre em novas transformações, integrando ao grau metropolitano, se distanciando dos seus vínculos com o campo e o sentimento de cidade pequena ou média. Novas integrações se constroem, superando as indefinições e transitoriedades. Novos limbos funcionais, com dualidades existenciais vão sendo construídos, numa lógica expansionista de reestruturação, no sentido dado por Soja (1993), debruçando as fronteiras da metrópole sobre os limites da ruralidade, absorvidos pelo ideal imaginário da modernidade da urbanização.

3. Considerações finais

Uma geografia urbana do limite?

A intensão central de ter argumentado sobre os limiares urbanos se dá pela tentativa de

buscar o aguçamento de novas investigações, que almejem destoar de generalidades e de práticas pouco transformadoras. O fenômeno da expansão urbana e sua reestruturação não devem somente ser quantificados, estratificados e classificados, mas também é importante sempre buscar alternativas, menos reformistas e mais transformadores, de mudar a cidade efetivamente. A cidade apresenta-se como dinâmica, como movimento inquietante e transformação perpétua, mas a *inércia-prática* perpetua-se, por exemplo, quanto à concentração de renda, a propriedade privada e o monopólio dos meios de produção, ou a reprodução de favelas, de criminalidade, de desrespeito aos direitos humanos e de profundos dilemas socioeconômicos.

Na busca de se construir uma geografia urbana mais atuante e politicamente mais heterodoxa e libertária é de suma importância que se elaborem novos parâmetros de investigações, que se construa uma linguagem científica que depurem pesquisas próprias aos limiares e que projetam práticas de superação de suas desigualdades, e não ao contrário, como mera reprodutora de um discurso que justifique as separações. O caminho é integrar novas metodologias científicas a formas políticas mais autonomistas. Desse modo, para não concluir e incitar o debate, cujo foi o principal objetivo desse trabalho, fica a questão: é necessário desenvolver uma geografia urbana específica dos limiares?

Referências

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista TERRITÓRIO**, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, p. 5 – 26.
- ABREU, M. de A. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro - séculos XVI e XVII. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (32), 1 de agosto de 2006.
- ARRAIS, T. P. A., PINTO, J. V. C. **Integrar para segregar: uma análise comparativa do tecido urbano-regional de Goiânia e Brasília. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008.** Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008
Universidad de Barcelona, 2008.
- AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades do Brasil colonial.** Ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: FFLCH-USP, 1956.
- AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. dos M. Reforma do Estado e federalismo: os desafios da governança metropolitana. In.: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Revan. FASE, 2000.
- BAKUNIN, M. **Estatismo e anarquia.** São Paulo: Imaginário. Nu-Sol, 2003.
- BHABHA, H. **O local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.
- BOINO, P. “Municipalismo e comunalismo”. In: BOINO, Paul; BOOKCHIN, Murray; Enckell, Marianne. **O**

- bairro, a comuna, a cidade...** Espaços libertários. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/IEL, 2003. p. 39-72.
- BOINO, P. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Nu-Sol. Imaginário, 1999.
- BOOKCHIN, M. **La ecología de la libertad**. La emergencia y la disolución de las jerarquias. Madrid: Madre Tierra. Nossa y Jara Editores, 1999.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1996.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In.: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed.UFPR, 2002.
- CORAGGIO, J. L. A perspectiva da economia popular urbana: base para uma nova política socioeconômica na cidade. In.: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan. FASE, 2000.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In.: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- DAVIS, M. **Cidade de quartzo** – escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta, 1993.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- DERRIDA, J. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GEDDES, P. **Cidade em evolução**. Campinas: Papyrus, 1994.
- GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2005.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EdUSP, 1993.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando o limite. In: _____. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, p. 95 – 120.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo** – Parte I. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KLINK, J. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- KROPOTKIN, P. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: Senhora, 2009.
- KROPOTKIN, P. **Campos, fabricas y talleres**. Madrid: Editorial Jucar, 1978.
- LAGO, L. C. do. O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In.: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan. FASE, 2000.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Introdução à modernidade**. Prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

- LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. In: **GEOGRAFIA**. Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF. Ano 3, n. 6. Niterói/RJ, 2002.
- MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- PELLETIER, P. A cidade e a geografia urbana em Élisée Reclus e sua época. In.: RECLUS, E. **Renovação de uma cidade. Repartição dos homens**. São Paulo: Imaginário. Expressão e Arte, 2010.
- PINTO, J. V. C. As diversas escalas de análise do espaço metropolitano: o espaço intraurbano e intra-metropolitano. **Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. UFG. V. 29, nº 2, jul./dez. 2009a, p. 57 – 70.
- PINTO, J. V. C. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 16, 2009b, 45 – 59.
- PINTO, J. V. C. **Fragmentação da metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. Mestrado em geografia (dissertação). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2009c, 173 f.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RECLUS, E. **O homem e a terra: a indústria e o comércio**. São Paulo: Imaginário. Expressão e Arte, 2010a.
- RECLUS, E. **Renovação de uma cidade. Repartição dos homens**. São Paulo: Imaginário. Expressão e Arte, 2010b.
- SAÏD, W. E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAÏD, W. E. Narrative and Geography. **New Left Review**, nº180, mar./abr. 1990.
- SAÏD, W. E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS JUNIOR, O. A. Associativismo e participação nas metrópoles brasileiras. In.: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan. FASE, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTRE, J. P. **Critique de la raison dialectique** (Questions de méthode). Paris: Gallimard, 1960.
- SARTRE, J. P. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. 15ª ed. Petrópoles: Vozes, 2007.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão**

das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano.** Um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 143-157.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA.** Ano 10, nº. 10, Jan.-jun. Presidente Prudente: UNESP, 2007, pp. 134-150.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.